

ano 19 – n. 1 | janeiro/abril – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-251 | ISSN 1806-910X  
R. de Dir. Empresarial – RDEmp

Revista de  
DIREITO EMPRESARIAL

# RDEmp

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

Apresentação .....	7
--------------------	---

## **DOCTRINA**

### Alienação fiduciária e taxa de ocupação na recuperação judicial

<b>Marcelo Barbosa Sacramone, Fernando Lima Gurgel do Amaral</b> .....	13
Introdução .....	13
1    A taxa de ocupação na Lei nº 9.514/1997.....	14
2    Aplicação da taxa de ocupação nos bens móveis .....	16
3    Aplicação da taxa de ocupação na recuperação judicial .....	18
4    Análise da jurisprudência .....	20
Conclusão .....	25
Referências .....	26

### Contratos empresariais de adesão: interpretação e análise econômica do direito

<b>Sandro Mansur Gibran, Juliana Markendorf Noda, Luccas Farias</b> .....	29
Introdução .....	29
1    As formas de interpretação contratual.....	30
2    Os contratos de adesão e a ótica consumerista .....	35
3    A especificidade dos contratos mercantis.....	38
4    A aplicação da análise econômica do direito.....	40
5    A causa do negócio como forma e vetor interpretativo .....	42
6    Contrato mercantil de adesão: proposta de interpretação e análise .....	45
Conclusão .....	49
Referências .....	51

### A (possibilidade de) limitação de responsabilidade nos contratos de transferência de *know-how* tecnológico derivada de *software open source vis-à-vis* a Lei nº 9.609/98

<b>Vitor Maimone Saldanha, Marcus Elidius Michelli de Almeida</b> .....	53
1    Introdução .....	53
2    Sociedade tecnológica e a economia de compartilhamento.....	55
3 <i>Softwares open source</i> .....	58
4    A transmissibilidade do <i>know-how</i> via transferência de tecnologia .....	60
5    A transferência de tecnologia <i>vis-à-vis</i> o art. 10, §1º, inciso II, da Lei de Software e a boa-fé objetiva.....	62
5    Conclusão .....	65
Referências .....	66

### Duplicata eletrônica: emissão através de assinatura digital e seus benefícios ao *e-commerce*

<b>Aluer Baptista Freire Júnior, Rodrigo Almeida Magalhães</b> .....	69
1    Introdução .....	69
2    Histórico da duplicata eletrônica.....	71
3    Conceitos e requisitos gerais da duplicata eletrônica .....	73

4	Assinatura digital .....	78
5	Possibilidade de emissão da duplicata eletrônica por assinatura digital.....	81
6	Vantagens frente ao <i>e-commerce</i> .....	82
7	Conclusão .....	85
	Referências .....	86

#### A contagem dos prazos recursais na recuperação judicial após a Lei nº 14.112/2020

<b>Armando Roberto Revoredo Vicentino, Leonardo da Silva Sant'Anna</b> .....	89	
1	Introdução .....	89
2	A sistemática processual implementada pelo CPC de 2015.....	92
3	A estrutura normativa da recuperação judicial e dos elementos considerados nos precedentes do STJ após o advento do CPC/2015 .....	94
4	Da análise de compatibilização entre o artigo 189, §1º, I da Lei nº 11.101/2005 e o artigo 219 do CPC/2015 .....	100
5	Considerações finais .....	105
	Referências .....	107

#### A inconstitucionalidade da sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica prevista na Lei Anticorrupção

<b>Vinicius Jose Marques Gontijo, Gustavo Rezende, Pedro Henrique Bengtsson Bernardes</b> ...	111	
1	Introdução .....	112
2	Regime jurídico das sociedades .....	113
3	Princípios aplicáveis às sociedades .....	115
4	A dissolução e seus efeitos .....	118
5	A Lei Anticorrupção e as sanções .....	121
6	Inconstitucionalidade da sanção de dissolução compulsória .....	123
7	Considerações finais .....	126
	Referências .....	127

#### Arbitragem necessária nos conflitos societários como método adequado de resolução de conflitos

<b>Antônio Pedro Pinto Monteiro, Marcelo Artur Miranda Chada</b> .....	129	
1	Introdução .....	129
2	Arbitragem necessária .....	131
3	Arbitragem necessária e a releitura dos princípios do acesso à justiça e do devido processo legal .....	133
4	Arbitragem necessária nos conflitos societários.....	136
5	A arbitragem necessária como materialização da governança corporativa .....	140
	Conclusão .....	144
	Referências .....	146

#### Contrato de concessão comercial de veículos automotores: extinção e impossibilidade de restabelecimento compulsório

<b>Marcus Elidius Michelli de Almeida, Tatiana Dratovsky Sister</b> .....	149	
	Introdução .....	149
1	O contrato de concessão comercial .....	150
1.1	Conceito.....	150
1.2	Pirâmide regulatória .....	151
1.3	Características inerentes a contratos de colaboração.....	152

1.4	Vigência e modalidades de resolução contratual .....	156
2	Impossibilidade de restabelecimento compulsório .....	157
2.1	Prazo legal mínimo para o encerramento das atividades do concessionário .....	157
2.2	Jurisprudência.....	159
	Conclusão .....	164
	Referências .....	165

### *Joint ventures* e os atos de concentração de empresas no direito brasileiro

<b>Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo, Gabrielle Jacobi Kölling, Gernardes Silva Andrade</b> ....	169
Introdução .....	169
1 <i>Joint venture</i> e sua finalidade econômica .....	171
2 Reflexão atinente à ordem econômica constitucional pátria .....	174
3 Livre concorrência <i>versus</i> modos de concentração empresarial.....	177
Considerações finais .....	179
Referências .....	180

### *Crowdfunding* de investimento no Brasil em números e perspectiva

<b>Rubia Carneiro Neves, Rodrigo Rocha Feres Ragil</b> .....	183
Introdução .....	183
1 Criação e contornos gerais do <i>crowdfunding</i> de investimento .....	184
2 O <i>crowdfunding</i> de investimento em números .....	186
2.1 Plataformas .....	186
2.2 Ofertas lançadas e concluídas com sucesso .....	187
2.3 Montante alvo de captação e captado.....	188
2.4 Valor médio de captação por oferta .....	188
2.5 Investidores.....	189
2.6 Investidores por oferta.....	189
2.7 Investimento médio por investidor .....	189
3 O perfil dos agentes e a área de atuação no <i>crowdfunding</i> de investimento .....	190
3.1 Titulares das plataformas .....	190
3.1.1 Atividades, local e área de atuação .....	191
3.2 Sociedades investidas .....	192
3.2.1 Local e área de atuação .....	192
3.3 Investidor .....	193
4 <i>Crowdfunding</i> de investimento em perspectiva.....	195
Conclusão .....	196
Referências .....	198

### O crédito de direito público na falência com o advento da Lei nº 14.112/2020

<b>Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Thalita Almeida Salles</b> .....	203
1 Introdução .....	203
2 O tratamento dos créditos tributários na falência à luz da legislação e da jurisprudência .....	205
2.1 A desvinculação do crédito tributário do processo falimentar e a possibilidade da Fazenda Pública requerer a falência do devedor .....	206
2.2 A faculdade e potestatividade da Fazenda Pública de habilitar ou executar o seu crédito .....	212
2.1.2 A admissível habilitação do crédito fiscal na falência à luz da jurisprudência do STJ e sua colmatação com as alterações implementadas pela Lei nº 14.112/2020 .....	217
2.3 A restituição em dinheiro dos títulos de que trata o inciso IV do art. 86 da LRF.....	222
3 O incidente de classificação do crédito público na falência .....	226

3.1	O efeito do suposto afastamento do art. 187 do CTN pelo incidente de classificação do crédito de direito público .....	229
3.2	A análise funcional do art. 7 <sup>ª</sup> A da Lei nº 11.101/2005 .....	230
3.3	Aspectos procedimentais e casuísmos do incidente de classificação do crédito de direito público .....	233
4	Conclusão .....	237
	Referências .....	239
	Normas Técnicas .....	241
	Normas Técnicas .....	245
	Technical Standards .....	249